

A NOVA ALIANÇA NA ARGENTINA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 16.7.1989

Tudo indica que o governo Menem na Argentina representa para o populismo peronista o estabelecimento de uma nova aliança. Ao invés da clássica aliança com a burguesia industrial substituidora de importações, protegida, portanto pelo Estado, o que temos agora é uma aliança do peronismo com seus arqui-adversários: os antigos representantes da burguesia mercantil, ou seja, os liberais da grande burguesia internacionalizada e da burguesia pampeana.

A lógica dessa nova aliança é meridiana. A burguesia industrial fracassou quando insistiu em um modelo de desenvolvimento substituidor de importações - e, portanto, em um modelo de estado protecionista - que já se havia esgotado há muito tempo. A grande burguesia internacionalizada, por sua vez, já fracassou no passado mais de uma vez, quando se aliou, por exemplo, com os militares. Mas o fato concreto é que no momento era a única alternativa de poder dado o fracasso da burguesia substituidora de importações. Em um clássico artigo de 1976 Guillermo O'Donnell mostrou como a aliança populista entre a burguesia substituidora de importações e os trabalhadores resultava sempre em crise e na volta ao poder da grande burguesia aliada à burguesia pampeana. Desta vez a novidade está no fracasso de um governo não-populista. A recuperação do poder pela grande burguesia, entretanto, não foge à regra definida por O'Donnell.

Por outro lado é necessário observar que, dentro de limites, a grande burguesia e a burguesia pampeana modernizaram-se na Argentina. Não podem mais ser simplesmente identificadas com o capital mercantil. Não obstante, a receita de liberalismo que não contempla, dialeticamente, a recuperação da capacidade de regulação do Estado, tem possibilidades limitadas de ser bem sucedida. Além disso, ainda não está garantido que teremos na Argentina a política econômica corajosa e pragmática (ao invés de ideológica) que permitirá ao país superar a crise fiscal, sair da hiperinflação e retomar o crescimento econômico há tanto tempo estancado.

Muitas das medidas liberalizantes são bem vindas: maior abertura ao capital estrangeiro, privatização acelerada das empresas públicas, mas levá-las adiante não é

fácil. Até que ponto, por exemplo, será levada adiante a liberalização do comércio, que é tão necessária? Essa liberalização não deve ser total, mas deve realmente eliminar o protecionismo exagerado de que se beneficiam muitas empresas na Argentina - aliás como no Brasil.

As medidas fiscais visando eliminar o déficit público são também extraordinariamente bem vindas: elevação violenta das tarifas públicas, elevação dos impostos, generalização da cobrança do imposto sobre valor adicionado, eliminação de subsídios e incentivos fiscais de todo tipo. Preocupa, entretanto, o problema dos funcionários públicos. Haverá de fato demissões? Fala-se em limitação ao mínimo das demissões. Por que?

No plano da política salarial parece que não haverá loucuras. O aumento generalizado de salários reais prometidos na campanha parece esquecido. O principal item da política salarial é um aumento do salário mínimo extremamente necessário. O aumento concedido, para 45 dólares, revela cautela.

O presente acordo com a grande burguesia era inevitável, mas não pode ser uma rendição. A superação da hiperinflação e a retomada do desenvolvimento só será possível se a nova aliança que ora se estabelece na Argentina incluir um Estado reduzido, enxugado, mas fortalecido depois de saneado. Ora, não creio que Menem conte com uma equipe econômica com a autonomia suficiente para dizer não a seus novos aliados quando for necessário. A grande burguesia e a burguesia pampeana sobem agora ao poder apoiadas na bandeira do estado mínimo. E esta é obviamente uma bandeira que não tem nenhum sentido prático. É meramente ideológica.

Para que a Argentina supere a presente crise existem duas condições de curto prazo: de um lado é necessário conduzir com extraordinária competência a administração macroeconômica do país e de outro é imprescindível grande coragem e firmeza para resolver de vez o problema da dívida externa.

No plano da política macroeconômica, além do congelamento de preços, que já foi decretado, será necessário administrar a política fiscal e a monetária de forma muita firmeza. A taxa de juros real deverá ser elevada - embora nada parecido com os 16 por cento reais mensais do Plano Verão. Deverá haver garantias cambiais para o retorno de capitais, aos quais deverão ser asseguradas taxas de juros claramente superiores às que estão remunerando os capitais argentinos no exterior. Não parece que o governo esteja inclinado a tomar medidas nesse sentido.

Quanto ao novo congelamento, sem dúvida era inevitável, mas um congelamento retroativo de uma semana é muito perigoso. E todos sabemos que um congelamento mal conduzido, seja ele acompanhado de medidas populistas ou ortodoxas (neoliberais) nada resolve.

Por outro lado, em relação à dívida externa, é necessário reduzi-la unilateralmente. Já ficou demonstrado que moratórias envergonhadas, atrasos de pagamento, da mesma forma que acordos convencionais de "dinheiro novo" com os credores, só agravam a situação. No caso da Argentina essa redução unilateral da dívida externa deve ser para cerca de 20 por cento. É tudo que a Argentina poderá pagar, para que seu ajuste fiscal interno (do qual a redução da dívida externa é parte importante) seja bem sucedido. Ora, é pouco provável que Menem siga nessa direção. Dois dos quatro norte-americanos convidados oficialmente para a sua posse eram o presidente e um dos vice-presidentes do principal banco credor da Argentina. Ao invés de enfrentar os banqueiros o novo governo argentino repete o erro de todos os governos latino-americanos: quer obter sua "boa vontade". É uma loucura que custará caro aos argentinos como tem custado caro aos brasileiros.

A condição de médio prazo para o êxito da estabilização da Argentina, além das medidas liberalizadoras, é o restabelecimento do poder do Estado. A presença de um empresário competente no Ministério da Economia é uma garantia de que não serão cometidas nem violências contra o mercado em nome da ortodoxia liberal nem haverá recaídas populistas. Mas o Estado está falido na Argentina e é preciso saneá-lo e reconstituir sua capacidade de intervenção. Este é o grande desafio de Menem e Roig. A aliança com a grande burguesia é essencial mas não é bastante. É preciso agora recuperar o Estado para que essa aliança tenha condições reais de promover em novas bases o desenvolvimento nacional argentino.